



DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
Ano XIV – nº 45 – Porto Alegre, quarta-feira, 06 de março de 2019

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ

PUBLICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

CENTRAL DE MANDADOS DE PONTA GROSSA

PORTARIA Nº 291, DE 01 DE MARÇO DE 2019.

A DOUTORA PEPITA DURSKI TRAMONTINI, JUÍZA FEDERAL COORDENADORA DA CENTRAL DE MANDADOS DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PONTA GROSSA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a atual força de trabalho da CEMAN não é suficiente para atendimento das demandas desta Subseção de forma célere e eficiente, conforme dados compilados na Informação PRPGOCEMAN 4546520, anexa, devido ao incremento de trabalho no período reavaliado (setembro/2018 a fevereiro de 2019), e pela falta de reposição de 02 (duas) vagas de Oficiais de Justiça, em razão da atual restrição orçamentária;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 228, §4º, do Provimento nº 62, de 13 de junho de 2017 (Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região);

RESOLVE:

Art. 1º. Limitar provisoriamente a aplicação do §3º do artigo 228 do Provimento nº 62/2017, determinando o cumprimento de mandados de natureza executiva pelos Oficiais de Justiça da Subseção Judiciária de Ponta Grossa somente nos municípios de Carambeí, Ponta Grossa, Sengés e Jaguariaíva, os dois últimos pertencentes a Unidade Avançada de Atendimento.

§ 1º O quadro apontado na informação anexa à presente Portaria deverá ser reavaliado em 6 meses, a fim de verificar a permanência da necessidade da limitação ora estabelecida.

§ 2º O cumprimento de mandados de natureza executiva fora do âmbito definido no *caput* será realizado, se necessário, mediante justificativa do Magistrado e com autorização da Juíza Coordenadora da CEMAN.

Art. 2º. Encaminhe-se cópia desta Portaria e da Informação PRPGOCEMAN 4546520 à Direção do Foro da Seção Judiciária do Paraná, para ciência, solicitando sua juntada ao processo SEI 0006968-51.2017.404.8003, em que requerida a reposição das vagas dos Oficiais de Justiça da Subseção Judiciária de Ponta Grossa; bem como à Corregedoria Regional, a fim de justificar a medida, conforme determinado no artigo 228, § 4º, do Provimento nº 62/2017.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Documento assinado eletronicamente por **Pepita Durski Tramontini, Juíza Coordenadora da**



CEMAN, em 01/03/2019, às 14:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **4560374** e o código CRC **2E7ECB46**.